

ATAS

ATA nº 15 (quinze)

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas dezoito horas, reuniu-se mediante videoconferência (ao abrigo do artigo 5º da Lei número 1-A/2020 de 19 de março, aplicável em geral a todas as pessoas coletivas e por analogia às IPSS, por força do artigo 377-6.b) do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 11º, números 1 e 2 do Código Civil), a Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Lisboa, nos termos do artigo 27º, número 1 dos Estatutos, aplicando-se este modelo de reunião devido à atual situação de pandemia e estado de emergência nacional que impõe as medidas de prevenção e distanciamento social. -----

A respetiva convocatória foi efetuada nos termos do artigo 23º, números 1 a 5, com publicação no Jornal de Notícias e Correio da Manhã (anexos 1 e 2) a 23 de novembro, para além da divulgação através dos meios informáticos habitualmente usados, com a seguinte Ordem de Trabalhos (anexo 3): -----

Ponto Único – Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e da Previsão Orçamental para o ano de 2021. -----

Os associados foram ingressando na reunião através do *link* da plataforma Zoom previamente facultado, acedendo e preenchendo o “formulário de participação” (anexo 4), de modo a poder ser confirmada a respetiva presença. -----

Os trabalhos apenas se iniciaram às dezoito horas e trinta minutos, nos termos do nº 1 do artigo 24º dos Estatutos da APPACDM de Lisboa, com 27 (vinte e sete) associados presentes virtualmente e 1 (uma) delegação de representação. -----

O associado João Alberto dos Santos Pavão Nunes, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, deu as boas-vindas aos associados que estavam *on-line* e leu a parte principal da convocatória, solicitando que se manifestasse quem votava contra e quem se abstinha, de modo a facilitar a respetiva contagem dos votos de aprovação, para agilizar o processo de preenchimento do “formulário de votação” (anexo 5) colocado à disposição na plataforma eletrónica utilizada. Não havendo qualquer intervenção, a convocatória foi aprovada por unanimidade. -----

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos, o qual depois de saudar todos os órgãos sociais e os associados presentes, iniciou a sua intervenção referindo-se ao recente falecimento de dois clientes do Lar Residencial Júlia Moreira, José Taborda e João Raposo, apresentando em termos pessoais as condolências às respetivas famílias e solicitando um voto de pesar, para ficar apenso à Ata. Mencionou que as patologias destes clientes se agravaram devido a COVID-19, havendo outros clientes e colaboradores contaminados, mas em situação estável e sem oferecer maiores preocupações, estando internado apenas um residente. Informou que as atividades do Centro

ATAS

Ocupacional Júlia Moreira foram suspensas, cumprindo-se as indicações oficiais e comunicou que todos os restantes Centros da Associação se encontram em situação controlada, sendo dever da Direção partilhar estes acontecimentos com os associados. -----

Retomando o ponto único da AGO, o Presidente da Direção salientou como temas de maior relevância: a situação de todo o edificado da Instituição, com limitações identificadas quanto à propriedade e modelo de utilização e que causam, nomeadamente, constrangimentos à apresentação de candidaturas de apoio ao investimento; o modelo de gestão da Associação - responsabilidade executiva da Direção -, com cada vez maiores exigências; a necessidade de modernização do funcionamento da Instituição, com o recurso a novas tecnologias; e a procura de soluções alternativas para se ajustar o modelo de atendimento, no que se refere ao envelhecimento da população. -----

Passou a palavra ao associado Miguel Nuno Ramos Abranches Pinto, Vogal da Direção que felicitou todos os presentes, informando que o contexto de elaboração do Plano de Atividades e respetivo Orçamento – submetido a todos os associados –, foi muito diferente dos anos anteriores devido à conjuntura, pelo que a prioridade para os próximos meses da Associação será a da proteção e segurança de todos os clientes e colaboradores, para que não se repitam situações similares às mencionadas ou que possam ser minimizadas. -----

O Vogal da Direção reforçou o agradecimento e esforço colocado por todos os Colaboradores na prossecução da defesa da segurança quer dos próprios, quer dos clientes, sendo essa a prioridade para o próximo ano e a conseqüente adequação do leque de atividades proposto. A Associação tentará, com a máxima criatividade, responder integralmente aos seus desígnios, mas adequando o Plano às circunstâncias, tal como tem vindo a acontecer ao longo do ano corrente pela redução das atividades em que habitualmente os clientes são envolvidos. Este olhar para o imediato não sacrifica de modo algum a visão de médio-longo prazo da Associação, dando vida e renovando o seu compromisso com a Sociedade e com aqueles a quem presta serviço, de modo a perdurar no tempo. -----

Prosseguiu referindo que a racionalização das estruturas físicas é importante neste ano, dependendo a sustentabilidade da Associação da regularização dos diversos modelos de cedência de instalações, designadamente no regime de comodato. Algumas estruturas estão muito envelhecidas e implicam que os acordos de cedência possam ter uma continuidade no tempo, permitindo a amortização a longo prazo dos necessários investimentos, nomeadamente os Centros Júlia Moreira e Ajuda. Permitirão ainda a apresentação de candidaturas ao programa de investimento Pares de modo a fazer face às necessidades mais urgentes de requalificação. No caso do Lar Residencial Penha de França, propriedade plena da Associação, atendendo à natureza da população servida e ao seu envelhecimento, são evidentes as suas limitações, por se tratar de uma estrutura vertical e sem elevador que cria bastantes constrangimentos, devido

ATAS

às crescentes limitações de locomoção dos clientes. Seria importante durante o próximo exercício proceder-se à clarificação dos instrumentos de cedência dos dois edifícios da Ajuda, para se concentrar nesses espaços a valência de Lar Residencial em conjunto com o CAO, dotados de uma estrutura moderna e funcional. -----

Assim sendo, o ano 2021 será um ano de avaliação da funcionalidade e da viabilidade económica e financeira para investimentos que serão sempre apresentados aos associados. Esta otimização e concentração de estruturas é similar ao que aconteceu em relação à mudança da sede institucional para o Centro Júlia Moreira, tendo-se vendido muito recentemente a fração da Avenida 5 de outubro, de acordo com a decisão dos associados, constituindo-se uma reserva que permitirá concluir o processo de reorganização dos espaços. Igualmente, na Quinta dos Inglesinhos, o instrumento de cedência por comodato é algo complexo e de difícil resolução para permitir uma intervenção. Também a situação do Centro das Pedralvas carece de regularização face à parceria com a Cedema. Assim sendo, a clarificação dos projetos das diversas estruturas é a prioridade do ano que se está prestes a iniciar, pois o envelhecimento dos clientes carece da adoção de respostas diferentes. Por conseguinte, a Direção propõe-se estudar outros formatos, juntamente com os órgãos de tutela, para desenhar, avaliar, propor e implementar uma modalidade de serviço diferente, atendendo às necessidades de cuidados aos clientes, também diferentes das do passado. Este é o eixo de inovação e desenvolvimento constante no Plano de Atividades, como pode ser constatado pela sua análise. -----

O Vogal da Direção acrescentou que também se verifica o envelhecimento dos Colaboradores, pelo que se procurará qualificar os recursos humanos e proceder ao seu rejuvenescimento, elemento fundamental para a satisfação das necessidades dos clientes. Ligado a este objetivo, a médio prazo, está também a disponibilização de ferramentas informáticas, bem patente nos tempos de pandemia vivenciados, para que se consiga dar resposta às necessidades; procurar-se-á automatizar os registos das atividades desempenhadas, sistematizar as tarefas não-produtivas e libertar o tempo dos cuidadores para as atividades de bem-estar dos clientes. ----

E concluiu a sua intervenção com os pontos principais do Plano apresentado aos associados, referindo que também o modelo de governo organizativo, com crescentes requisitos de índole muito diversa, carece de ser repensado, pois poderá não ser possível manter o atual, em que associados voluntários disponibilizam o seu tempo para conduzir os destinos da Associação. ---

O Presidente da Direção retomou a palavra solicitando aos associados para analisarem em detalhe estes pontos principais do Plano de Atividades e Orçamento referidos pelo Vogal da Direção. Acrescentou que os objetivos estão em fase de projeto, dada a existência de variáveis para a sua concretização que não estão totalmente nas mãos da Direção e que tudo tem expressão no orçamento para 2021. -----

ATAS

Em seguida detalhou que o projeto com maior atenção atual, a candidatura ao programa de investimento Pares (em aberto para Lisboa desde agosto) para o designado "Bonny" que tem limitações comuns à maioria dos restantes edifícios e que exige a demonstração do direito à utilização do edifício por um prazo igual ou superior a 25 anos. Sendo o proprietário o Estado, tal dificultou a apresentação da candidatura, previamente definida para 30 de novembro, uma vez que só depois de inúmeras insistências foi possível obter o documento que habilita a Associação a candidatar-se, estando em causa a necessidade básica de realização de obras no exterior do edifício (no interior, numa parceria com a EDP já foi realizada a eficiência energética no total de €112.000). O prazo de candidaturas foi, entretanto, alargado para 31 de dezembro, o que permitiu concluir o trabalho com o arquiteto que apoia a Instituição há muitos anos, e cujo mérito é reiteradamente reconhecido, para orçamentação do que é essencial no interior do edifício para a sua requalificação, quer para a qualidade do atendimento, quer para responder às exigências da Segurança Social, nomeadamente a instalação de elevador entre os dois pisos, para ligar o refeitório da cave ao primeiro piso e também porque as medidas das portas não são as regulamentares para cadeiras de rodas, neste edifício do século XIX. -----

O Presidente da Direção informou que outro projeto estruturalmente importante é o da futura utilização do edifício do Guarda-Jóias, para a construção de um módulo que permita a colocação de uma Residência, em conjunto com instalações contíguas que estão em ruínas no Pátio do Seabra e que seria importante conseguir que fossem afetas à Associação, já tendo essa intenção sido a reinstalação apresentada à Segurança Social do Património. Tal poderia permitir dos clientes do Lar Residencial Penha de França, pelas limitações anteriormente referidas. E concluiu que no âmbito do edificado são estes os principais projetos definidos, a par do modelo de intervenção sobre envelhecimento e necessidade de cuidados continuados, já tão necessário nas Pedralvas. -----

Para apresentação da parte financeira, voltou a ser passada a palavra ao Vogal da Direção, que referiu os traços gerais do orçamento, salientando a importância dos detalhes constantes no documento enviado aos associados. Referiu que se prevê um valor de receitas na ordem dos 5 milhões e meio de euros, com uma ligeira redução em relação ao orçamento aprovado para 2020, em que houve alterações significativas como consequência da pandemia e dos períodos de confinamento. Prosseguiu, informando que, em relação ao orçamento submetido à AGO há cerca de um ano atrás, essa redução se verificou essencialmente na prestação dos serviços, designadamente das Soluções com Valor, devido aos constrangimentos da contratação pública que originaram uma diminuição das vendas e um impacto na ordem de 18%. Salientou o ligeiro aumento face ao orçamento de 2020 em algumas prestações de serviços e, por outro lado, a atualização dos acordos típicos em cerca de 3%, o que permite uma ligeira recuperação em relação às perdas continuadas de anos anteriores, considerando que a inflação é neutra.

af.
MS
#

ATAS

Mencionou a redução significativa das verbas do IEFP utilizadas na Formação Profissional e a estagnação das verbas do Ministério da Educação que suporta as atividades do Centro de Recursos para a Inclusão. Também referiu o apoio das Câmaras Municipais de Cascais e de Almada que contribui para estas receitas. -----

No lado dos Gastos, há também um decréscimo, menos significativo do que nas Receitas, relacionado com o atual contexto que exigiu o reforço do pessoal com cinco Colaboradores, com impacto remuneratório, para além das outras variações previstas, na ordem de um aumento de 0,6%. A redução dos custos advém de outras rubricas que compensam o aumento dos custos com pessoal, sendo o resultado previsional de cerca de 100.000 euros negativos, mas com um resultado líquido (EBITDA) de cerca de 134.000 euros positivos. -----

Este número negativo é fruto do contexto e não concorre para a sustentabilidade da Associação, contando-se em futuros exercícios conseguir-se a sua recuperação. -----

No lado dos investimentos, não havendo a garantia de aprovação, considerou-se um valor de cerca de 30.000 euros, para além do autofinanciamento e de outros valores, o que conduz a uma verba de investimentos na ordem dos 55.000 euros. -----

Disponibilizou-se para alguma questão que, entretanto, seja suscitada pela leitura do orçamento, mas concluiu a apresentação das principais linhas da atividade da Associação para o próximo ano. -----

O Presidente da Direção pediu a palavra para especificar que o investimento previsto destinado à intervenção na Ajuda no que se refere ao autofinanciamento será de cerca de 20%, a que corresponderá um valor inferior a 100.000 euros. -----

Não havendo nenhuma questão, antes de colocar o documento à votação, o Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, o associado António Pires de Almeida Veloso Cortesão que leu integralmente o relatório e parecer deste órgão social, concluindo com um elogio ao empenho da Direção e dos trabalhadores da Associação, agradecendo a presença e acompanhamento dos associados. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção do Presidente do Conselho Fiscal e colocou à votação o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da APPACDM de Lisboa, solicitando aos associados que se pronunciassem através do mecanismo disponibilizado para o efeito, o "formulário de votação" (anexo 6) constante no "bate-papo" da plataforma Zoom, solicitando *feedback* sobre a votação. -----

O anfitrião da reunião, a associada Ana Maria Silvestre Consiglieri Pedroso, informou sobre a existência de um voto contra e zero abstenções, pelo que o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 foi aprovado por maioria com um voto contra e sem abstenções. -----

